

**POLÍTICA DE QUOTAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA
INSERÇÃO DE POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA (UESB)**

Daniel Cardoso Alves¹

Resumo: Esta comunicação tem o propósito de socializar os resultados alcançados a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2019 sobre a política de inclusão social adotada por uma universidade pública situada no interior do estado da Bahia para povos indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Sob a égide de universidade colorida, plural e diversa, a referida pesquisa, por meio de uma análise qualiquantitativa do sistema de quotas adotado pela UESB entre os anos de 2009 e 2017, valendo-se dos procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica e documental complementados pela técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos dados, culminou nos seguintes achados: em quase uma década de adoção da política de inclusão pela UESB, os povos indígenas, os quilombolas e as pessoas com deficiência representam, tão somente, 3% da totalidade do universo de discentes dos cursos de graduação, sendo mais preocupante ainda que, dos três grupos, o indígena tenha a menor representatividade (0,3%), seguido do deficiente (0,9%) e do quilombola (1,4%). É, no mínimo, paradoxal que os indígenas registrem o menor percentual de ocupação das vagas numa universidade cujos campi que a integram estão localizados na região sul da Bahia, onde há as maiores concentrações de populações indígenas no estado. A inexpressiva representatividade desses grupos nos cursos de graduação da UESB se traduz em 83% de vagas ociosas destinadas a esses sujeitos, 37% dos que ingressaram evadiram-se e apenas 23% concluíram os seus cursos. Entretanto, ainda que esses dados sejam preocupantes, entende-se que a simples presença de sujeitos excluídos de lugares que, historicamente, estiveram à margem, representa o início da mudança do paradigma dos estereótipos negativos e a possibilidade de um novo imaginário social acerca dos povos indígenas, dos quilombolas e das pessoas com deficiência no Brasil.

Palavras-chave: Universidade; Política de inclusão social; Povos indígenas. Quilombolas. Pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Cursos de Graduação**. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/cursos-de-graduacao/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

¹ Doutorando em Educação pela FaE/UFMG: professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, *campus* de Belo Horizonte. Pesquisa sobre política de inclusão social na educação superior. daniel.alves@uemg.br.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Resoluções**. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/transparencia/resolucoes/consu>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. **Povos indígenas e cidadania: inscrições constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina**. In: Revista de Antropologia, v. 53, nº 2. São Paulo: USP, 2010.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de dezembro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.001, 1973, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, DF, 21 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Áurea nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Portal do MEC**, Brasília, DF, 02 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Portal do MEC**, Brasília, DF, 07 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/2003/d4887.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FERREIRA, Júlio Romero. **A educação especial na LDB**. Comunicação apresentada na XVII Reunião Anual da Anped. Caxambu, 1994.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 2005. Disponível em: <<http://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-200575575.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o

Decreto nº 4.887/03. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria FCP nº 88/2019, de 13 de maio de 2019. Dispõe sobre comunidades certificadas pela FCP. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-13-05-2019.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Legislação Fundamental 1**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Livros/Coletanea-da-Legislacao-Indigenista-Brasileira-2008/cap1-Legislacao-Fundamental.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa Qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3.Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho protegido do portador de deficiência**. In: Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Direito da Pessoa de Deficiência. São Paulo: Max Limonad, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª Ed. Claroenigma, São Paulo, 2015.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. In: GURGEL, M. A.; COSTA FILHO, W. M. da; RIBEIRO, L. L. G. (Orgs.). **Deficiência no Brasil: Uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

MONTEIRO, Jhon Manuel. **As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império**. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo V. (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP: São Paulo, 1995/96.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB-RJ. Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: um conceito emergente do processo Histórico-cultural da população afro-brasileira**. Coleção Sankofa, vol. 4. Universidade das Quebrada, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de; ALMEIDA, A. W. B. de. **Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes de estado no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Livraria Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Os muitos fôlegos do indigenismo**. In: Anuário Antropológico, 1981. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/ UFCE, 1983.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos políticoorganizacionais e identitários**. 26^a. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CDVirtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%202002/barbara%20oliveira%20souza.pdf>. Acesso: em 28 de nov. 2018.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo**. Brasília, DF. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC: UnB, 2006.